

**Relatório da Administração**

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Colocamos-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

**Balancos Patrimoniais**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015			
	Nota	31/12/16	31/12/15
<b>Ativo circulante</b>		<b>4.774</b>	<b>2.39</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	354	36
Contas a receber de clientes	6	1.317	-
Títulos e valores mobiliários	7	2.871	-
Impostos a recuperar		207	163
Contas a receber - partes relacionadas	14	25	2.006
Outros ativos		25	-
<b>Não circulante</b>		<b>109.660</b>	<b>101.119</b>
Imobilizado	8	109.549	101.064
Intangível	9	111	55
<b>Total do ativo</b>		<b>114.434</b>	<b>103.318</b>

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015			
	Nota	31/12/16	31/12/15
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>14.930</b>	<b>14.802</b>
Integralização de capital	15	7.901	7.901
Prejuízo do exercício		-	(47)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>22.831</b>	<b>22.656</b>
Integralização de capital	15	25.000	25.000
Prejuízo do exercício		(4.258)	(47)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>47.831</b>	<b>43.398</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Energia dos Ventos I S.A. ("Energia dos Ventos" ou "Companhia"), com sede em Rua do Carvalhão, nº 1.996, 15º andar, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, sociedade por ação de capital fechado, foi constituída em 07 de março de 2012. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 - ANEEL. A Companhia foi autorizada pela Portaria 431 de 17 de julho de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica para a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Goiabeira, constituída de doze unidades geradoras de 1.600 kW, totalizando 19.200 kW de capacidade instalada e 9.900 kW médios de geração física de energia, localizada no Município de Aracati, Estado do Ceará. Em 06 de janeiro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL a solicitação de alteração de característica técnica passando à ter onze Unidades Geradoras de 2.100 kW, totalizando 25.200 kW de capacidade instalada e 11.952 kW médios de geração física de energia, localizada no Município de Aracati, Estado do Ceará. Em 23 de fevereiro de 2016, vinculada à autorização dada a Companhia como Produtora Independente de Energia Elétrica, foram pactuados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR") com diversas concessionárias de distribuição que participaram do Leilão nº 07/11, que teve por objetivo a contratação de energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de 2016, com geração eólica, e termelétrica a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado (A-2011), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), promovido pela ANEEL. Os CCEARs possuem vigência durante o período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2035 e são ajustados anualmente pelo IPCA. A Companhia é controlada diretamente pela Windepar Holding S.A. ("Windepar").

**2.1 Autorização da ANEEL para início das operações comerciais:** Através do Despacho nº 1.327 de 19 de maio de 2016 da ANEEL, a EOL Goiabeira foi autorizada para a implantação e exploração a partir de 22 de abril de 2016. **Implantação da linha de transmissão:** Em virtude do processo de caducidade da concessão outorgada à SPE BR Transmissora Cearense de Energia Ltda., responsável pela construção e implantação da Instalação de Transmissão de Interesse Restrito para Conexão Compartilhada de Centrais de Geração - ICG Subestação Aracati III, em 26 de julho de 2016 a ANEEL publicou o Despacho nº 1.987 que estabelece (i) a interrupção da implantação das instalações de interesse restrito em 128 km da EOL Goiabeira; (ii) aprova a alteração do ponto de conexão da EOL Goiabeira para a Subestação Russas II, em 230 kV, (iii) determina que a EOL Goiabeira e a EOL Ubatabuá, EOL Santa Catarina, EOL Pitombeira e EOL Ventos de Horizonte sejam implantadas em conjunto a linha de transmissão de interesse restrito em 230 kV para conexão das CGEs - Centrais de Geradoras Eólicas na Subestação Russas II, em até 24 meses, contados da publicação do referido Despacho. Por esta razão, a Companhia está desobrigada da entrega de energia nas Subestações CCEARs até que a linha de transmissão seja finalizada. A Companhia compensa a EOL Pitombeira e as demais empresas citadas acima pelo investimento adicional necessário não previsto inicialmente, a ANEEL aprovou desconto na Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST em favor de todas as Centrais Geradoras no valor de R\$ 2.968 (corrigido anualmente pelo IPCA com data de referência Abril/2016) até o prazo de 31 de dezembro de 2035. A autorização de funcionamento no exercício de 2016 e de aprovação de recursos financeiros da data da sua publicação (até julho de 2047). A Companhia continua realizando os pagamentos significativos que estavam programados para a conclusão da obra, conforme apresentados nas rubricas de Fornecedores, Provisão para Constituição de Ativos, por esse motivo a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$ 10.437 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 78.463 em 31 de dezembro de 2015), dependendo de recursos de terceiros, como a captação de recursos firmada com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 12 de maio de 2016, e seus acionistas juntamente com os resultados futuros, suportados por projeções aprovadas pela administração quanto à evolução positiva de resultados futuros, suficientes para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados. Em 31 de dezembro de 2016 a administração estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à recuperação dos ativos ou liquidação de seus passivos.

**2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 01 de março de 2017. **2.1 Declaração de conformidade:** As Demonstrações Contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações do órgão regulador - ANEEL. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto na autorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

**3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

**3.1 Ativos financeiros-Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. **3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. **3.1.2 Contas a receber de clientes:** A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes como instrumentos financeiros "recebíveis". Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. **3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é determinada com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança de créditos, critério utilizado pela administração da Companhia para a efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2016 a administração avaliou não ser necessária a constituição de uma provisão para créditos de liquidação duvidosa. **3.1.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de outros ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para a identificação de prováveis perdas de recuperação. Uma provisão é feita quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. **3.1.5 Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2016 e 2015, incluindo operações de hedge. **3.2 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos de longo prazo:** A redução ao provável valor de recuperação do valor contábil líquido dos ativos de longo prazo com o objetivo de avaliar ganhos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos de longo prazo. **3.3 Provisões passivos circulares e não circulares:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é mais provável que não, que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulares e não circulares são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. **3.4 Passivos financeiros-Reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de empréstimos e debêntures, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. Fornecedores, empréstimos e debêntures são classificados como empréstimos e recebíveis. **3.5 Instrumentos financeiros-Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6 Imobilizado:** O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção mais juros de capitalização acumulada. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015, limitada ao prazo de autorização. **3.7 Intangível:** O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. **3.8 Tributação:** **3.8.1 Impostos sobre as vendas:** As receitas de vendas são tributadas aos

**A Diretoria**

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis**

**Opinão:** Examinamos as demonstrações contábeis da Energia dos Ventos I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energia dos Ventos I S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os critérios de reconhecimento contábil estabelecidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, incluindo, mas não limitada a, a prevenção de fraudes ou erros. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude por parte dos responsáveis, sendo a sua contabilidade registrada no ativo imobilizado.

**11. FORNECEDORES**

	31/12/16	31/12/15
Materiais e Serviços	12.327	24.921
	12.327	24.921

**12. PROVISÕES PARA CONSTITUIÇÃO DE ATIVOS**

	31/12/16	31/12/15
Passivo circulante	669	-
	669	-

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referente a sua fase de implantação reconhecida pelo método de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude por parte dos responsáveis, sendo a sua contabilidade registrada no ativo imobilizado.

**13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

(Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/16	31/12/15
<b>Passivo circulante</b>		<b>15.211</b>	<b>80.862</b>
Empréstimos e financiamentos	10	2.099	49.818
Fornecedores	11	12.327	24.921
Mútuo a pagar - partes relacionadas	14	41	5.825
Salários, férias e encargos sociais		47	44
Impostos e contribuições sociais a recolher		74	54
Provisões de constituição de ativos	12	669	-
Outros passivos		1	-
<b>Não circulante</b>		<b>55.825</b>	<b>-</b>
Empréstimos e financiamentos	10	55.825	-
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>43.398</b>	<b>22.656</b>
Capital social	15	47.831	22.831
Prejuízo acumulado		(4.433)	(2.175)
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		<b>114.434</b>	<b>103.318</b>

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015			
	Nota	31/12/16	31/12/15
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>14.930</b>	<b>14.802</b>
Integralização de capital	15	7.901	7.901
Prejuízo do exercício		-	(47)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>22.831</b>	<b>22.656</b>
Integralização de capital	15	25.000	25.000
Prejuízo do exercício		(4.258)	(47)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>47.831</b>	<b>43.398</b>

seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) 0,65%; e • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%. Esses tributos são calculados com base no regime de caixa e são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **3.8.2 Imposto de renda e contribuição social - Correntes:** O Imposto de renda e a Contribuição Social da Companhia são calculados pelo regime do lucro presumido com base no regime de caixa. **3.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **3.10 Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a um dividendo mínimo obrigatório. **3.11 Reconhecimento da receita:** **3.1.1 Receita de geração de energia elétrica:** A Companhia reconhece a receita de venda de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorrem em bases mensais. **3.1.2 Receita de juros:** A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

**4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS**

**4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas:** As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam demonstrações financeiras de acordo com suas demonstrações contábeis adotadas no Brasil. **Norma - Vigência - Principais pontos introduzidos pela norma - Impactos da adoção:** IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - 1º de janeiro de 2018 - A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo correspondente ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não no resultado do período. A Administração da Companhia iniciou uma avaliação preliminar e entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção; IFRS 15 - Receita de contratos com clientes - 1º de janeiro de 2018 - Essa norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2014	Adições	Transfere- ncia em- tre contas	Reclassifica- ção para ati- vo intangível	31/12/15	Adições	Transferên- cia devido utilização	Transferên- cia para intangível	31/12/16
<b>Em serviço</b>										
Edificações, Obras Civis e Benefeitorias	3%	-	-	-	-	-	-	591	-	591
Máquinas e Equipamentos	4%	-	-	-	-	-	-	111.328	-	111.328
Móveis e Utensílios	6%	-	-	-	-	-	-	12	-	12
Software	20%	-	-	-	-	-	-	11	(11)	-
<b>Em curso</b>										
Edificações, Obras Civis e Benefeitorias		244	37.342	42.469	-	4	-	-	-	4
Máquinas e Equipamentos		21	8	76	80.055	2.527	(82.582)	-	-	43
Móveis e Utensílios		2.708	13.741	8	16.525	4.250	(20.775)	-	-	-
A Rater		-	4.158	-	4.158	3.981	(8.139)	-	-	-
Juros Capitalizados ²		12.801	29.936	(42.588)	-	149	107	(256)	-	-
Adiantamento a Fornecedor		136	12	-	148	5	(148)	-	-	5
Sistema de Conexão e Transmissão		6	-	-	(6)	-	-	(11)	-	11
Software		-	-	-	(6)	-	-	-	-	-
Outros Intangíveis		-	-	43	(43)	-	-	(2)	-	-
<b>Total do custo do imobilizado</b>		<b>15.916</b>	<b>85.197</b>	<b>-</b>	<b>(49)</b>	<b>101.064</b>	<b>10.919</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>111.983</b>
<b>Depreciação</b>										
Máquinas e Equipamentos		-	-	-	-	-	(2.423)	-	-	(2.423)
<b>Total do imobilizado líquido</b>		<b>15.916</b>	<b>85.197</b>	<b>-</b>	<b>(49)</b>	<b>101.064</b>	<b>8.485</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>109.549</b>

(1) Imobilizado em curso - a rater: foram registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não eram passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, foram rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de utilização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL. (2) Juros capitalizados: a Companhia agregou, durante a implantação do empreendimento, mensalmente, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. As taxas de juros aplicáveis para esses empréstimos estão demonstradas na Nota 10 (Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas).

**9. INTANGÍVEL**

	Taxa média anual de amortização	31/12/2014	Adições	Reclassificação do ativo imobilizado	31/12/15	Adições	Transferência do Imobilizado	31/12/16
<b>Em serviço</b>								
Software	20%	-	-	-	-	3	11	14
<b>Em curso</b>								
Software		-	4	6	10	17	(11)	16
Outros intangíveis		-	2	43	45	38	-	83
<b>Total do custo do intangível</b>		<b>6</b>	<b>49</b>	<b>55</b>	<b>58</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>113</b>
<b>Software</b>								
<b>Total da amortização</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2)</b>
<b>Total do intangível líquido</b>		<b>6</b>	<b>49</b>	<b>55</b>	<b>56</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>111</b>

**10. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ENCARGOS DE DÍVIDAS**

	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Encargos	Circulante	31/12/16	31/12/15	Não circulante - Principal	31/12/16	31/12/15
BNDES	15/10/2032	TJLP + 2,18%	189	1.910	2.099	-	55.825	-	-
Pentágono S/A	16/04/2016	118% da variação acumulada da taxa DI	-	-	-	25.432	-	-	-
Pentágono S/A	15/05/2016	110% da variação acumulada da taxa DI	-	-	-	24.386	-	-	-
			<b>189</b>	<b>1.910</b>	<b>2.099</b>	<b>49.818</b>	<b>55.825</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Recursos captados com emissão de debêntures:** Nas datas de 16 de outubro de 2014 e 15 de julho de 2015 foram efetuadas a primeira e a segunda